

# Diário do Legislativo de 01/11/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 404ª Reunião Ordinária

1.2 - 215ª Reunião Especial - "Comemoração do Centenário de Nascimento do Poeta Carlos Drummond de Andrade

1.3 - 268ª Reunião Extraordinária

1.4 - 29ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

1.5 - Reuniões de Comissões

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - ORDEM DO DIA

3.1 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

6 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

7 - MANIFESTAÇÕES

8 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

9 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

10 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 404ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 30/10/2002

Presidência dos Deputados Olinto Godinho e Arlen Santiago

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.435 e 2.436/2002 - Requerimentos nºs 3.519 a 3.521/2002 - Requerimentos do Deputado Miguel Martini (2) - Comunicações: Comunicações dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Mauri Torres e Wanderley Ávila - Registro de presença - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados João Paulo, Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta, Edson Rezende e Marcelo Gonçalves - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Despacho de Requerimentos: Requerimentos do Deputado Miguel Martini (2); deferimento - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.783/2001; utilização pelo relator do prazo regimental para emissão do seu parecer - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.886/2001; requerimento do Deputado Antônio Andrade; rejeição do requerimento; encerramento da discussão; aprovação na forma do vencido em 1º turno - 3ª Parte: Questão de ordem - Encerramento - Ordem do Dia.

## Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Olinto Godinho) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º- Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Correspondência

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

## OFÍCIOS

Do Sr. Cláudio Renato dos Santos Costa, Desembargador do TRE-MG e Presidente da Comissão Apuradora das Eleições de 2002, encaminhando a relação dos Deputados eleitos para a próxima legislatura.

Do Sr. Wolney da Cunha Soares, Diretor-Geral do Tribunal de Alçada do Estado, enviando voto de congratulações - formulado pela Segunda Câmara Cível dessa Corte, a partir de proposta do Desembargador Delmival de Almeida Campos - com o Deputado Antônio Júlio, Presidente desta Casa, por ter sido agraciado com a Medalha de Mérito Desembargador Ruy Gouthier de Vilhena.

## 2ª Fase (Grande Expediente)

### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### Projeto de Lei Nº 2.435/2002

Altera dispositivo da Tabela A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O subitem 1.7.1 do item 1 da Tabela A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte forma:

"1.7.1 - permissão de trânsito para produto de origem vegetal - 5,00;".

Art. 2º - O subitem 1.8.1 da Tabela A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"1.8.1 - produto agrotóxico, por produto - 2.000,00;".

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de 2002.

Alberto Bejani

Justificação: Como é sabido, em determinadas partes do nosso Estado, a agricultura tem relevante papel na economia. Todavia, embora Minas Gerais seja um grande produtor de produtos agropecuários, a agricultura, principalmente, tem sido onerada com uma elevada carga tributária, que penaliza especialmente o pequeno agricultor.

Assim, toda medida que objetive minimizar o sofrimento desses cidadãos e estimular a geração de riquezas deve ser bem aceita. Dentro desse entendimento é que estamos apresentando este projeto de lei, que visa reduzir em 50% a taxa de expediente que incide no trânsito de produto de origem vegetal.

Tal como está previsto hoje, no texto legal, o referido tributo incide sobre o trânsito de produto de origem vegetal, não se considerando a cultura que está sendo comercializada nem o seu volume, o que anula, por conseguinte, o pequeno lucro do produtor em determinadas situações.

E, para o fim específico da compensação da renúncia de receita previsto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, estamos aumentando o valor do produto agrotóxico, já que a redução pela metade da taxa implica perda de receita.



(94) Tabela A

(a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 26/12/75)

(94) Lançamento e Cobrança da Taxa de Expediente

Relativa a Atos de Autoridades Administrativas

Observação: utilizar o valor da UFIR vigente na data do efetivo pagamento.

(94)	Item	Discriminação	Quantidade de UFIR		
			por vez, dia, unidade, função, processo, documento, sessão	por mês	por ano
(94,97)	1	Atos de Autoridade Administrativa do Instituto Mineiro de Agropecuária			
(141)	1.1	registro de estabelecimento			
	1.1.1	estabelecimento industrial ou de transformação	167,00		
	1.1.2	produtor de semente ou muda	60,00		
	1.1.3	empresa prestadora de serviço na área de agrotóxicos e outras	60,00		
	1.1.4	estabelecimento comercial	150,00		
	1.1.5	usina de beneficiamento de semente	150,00		
	1.1.6	Estabelecimento de beneficiamento de produtos de origem vegetal	150,00		

Efeitos de 1º/1/97 a 31/12/99 - As Tabelas "A", "C" e "D" passam a vigorar de acordo com o art. 5º e vigência estabelecida pelo art. 15, ambos da Lei nº 12.425, de 27/12/96 - MG de 28 e ret. no de 11/1/97.

	1.1	registro de estabelecimento	de 167,00		
--	-----	-----------------------------	-----------	--	--

"

(94)	1.2	vistoria de estabelecimento, à exceção daquele do produtor rural	de 84,00		
(131)	1.3	registro de produto	33,61		

Efeitos de 1º/1/97 a 27/1/99 - As Tabelas "A", "C" e "D" passam a vigorar de acordo com o art. 5º e vigência estabelecida pelo art. 15, ambos da Lei nº 12.425, de 27/12/96 - MG de 28 e ret. no de 11/1/97:

"

	1.3	Registro de produto	42,00		
--	-----	---------------------	-------	--	--

"

(94)	1.4	Alteração de razão social	42,00		
(94)	1.5	inspeção sanitária e industrial			
(131)	1.5.1	abate de bovinos, bufalinos e eqüinos, por cabeça	1,05		
(131)	1.5.2	abate de suínos, ovinos e caprinos, por cabeça	0,46		
(131)	1.5.3	abate de aves, coelhos e outros, por centena de cabeça ou fração	0,45		

Efeitos de 1º/1/97 a 27/1/99 - As Tabelas "A", "C" e "D" passam a vigorar de acordo com o art. 5º e vigência estabelecida pelo art. 15, ambos da Lei nº 12.425, de 27/12/96 - MG de 28 e ret. no de 11/1/97:

"

	1.5.1	Abate de bovinos, bufalinos e eqüinos, por cabeça	1,20		
	1.5.2	abate de suínos, ovinos e caprinos, por cabeça	0,50		
	1.5.3	abate de aves, coelhos e outros, por centena de cabeça ou fração	1,20		

"

(94)	1.5.4	Produtos cárneos salgados ou dessecados, por tonelada ou fração	5,80		
(94)	1.5.5	produtos de salsicharia embutidos e não embutidos, por tonelada ou fração	5,80		
(94)	1.5.6	produtos cárneos em conservas, semiconservas e outros produtos cárneos, por tonelada ou fração	5,80		

(94)	1.5.7	toucinho, unto ou banha em rama, banha, gordura bovina, gordura de ave em rama e outros produtos gordurosos comestíveis, por tonelada ou fração	5,00		
(94)	1.5.8	farinhas, sebo, óleos, graxa branca, peles e outros subprodutos não comestíveis, por tonelada ou fração	1,70		
(94)	1.5.9	peixes e outras espécies aquáticas, em qualquer processo de conservação, por tonelada ou fração	5,80		
(94)	1.5.10	subprodutos não comestíveis de pescados e derivados, por tonelada ou fração	2,50		
(131)	1.5.11	leite de consumo pasteurizado ou esterilizado, a cada 1.000 litros ou fração	1,05		

Efeitos de 1º/1/97 a 27/1/99 - As Tabelas "A", "C" e "D" passam a vigorar de acordo com o art. 5º e vigência estabelecida pelo art. 15, ambos da Lei nº 12.425, de 27/12/96 - MG de 28 e ret. no de 11/1/97:

"

	1.5.11	leite de consumo pasteurizado ou esterilizado, a cada 1.000 litros ou fração	1,20		
--	--------	--	------	--	--

"

(94)	1.5.12	Leite aromatizado, fermentado ou gelificado, a cada 1.000 litros ou fração	2,50		
(94)	1.5.13	leite desidratado concentrado, evaporado, condensado e doce de leite, por tonelada ou fração	16,70		
(94)	1.5.14	leite desidratado em pó, de consumo direto, por tonelada ou fração	8,40		
(94)	1.5.15	leite desidratado em pó, industrial, por tonelada ou fração	12,50		
(94)	1.5.16	queijo minas, prato e suas variedades, requeijão, ricota e outros queijos, por tonelada ou fração	25,00		
(94)	1.5.17	manteiga, por tonelada ou fração	16,70		
(94)	1.5.18	creme de mesa, por tonelada ou fração	16,70		
(94)	1.5.19	margarina, por tonelada ou fração	10,00		
(94)	1.5.20	caseína, lactose e leitelho em pó, por tonelada ou fração	16,70		

(94)	1.5.21	ovos de ave, a cada 30 (trinta) dúzias ou fração	0,10		
(94)	1.5.22	mel e cera de abelha e produtos à base de mel de abelha, por centena de quilograma ou fração	0,40		
(94)	1.6	emissão de certificado de vacinação, guia de trânsito ou documento sanitário equivalente, por animal comercializado (Lei nº 10.847, de 3/8/92)	0,50		
(142)	1.7	emissão de documentos			
(142)	1.7.1	permissão de trânsito para produto de origem vegetal	10,00		
(142)	1.7.2	certificado de qualidade de produto agrícola			
(142)	1.7.2.1	semente (classes básica e certificada), por tonelada ou fração	5,00		
(142)	1.7.2.2	muda (classe certificada), por milheiro ou fração	5,00		
(142)	1.7.2.3	atestado de garantia	1,00		
(142)	1.7.3	certificado de origem de café, por saca	0,25		
(142)	1.7.4	certificado de origem e qualidade de café, por saca	0,50		
(142)	1.7.5	controle de produção			
(169)	1.7.5.1	semente (classe fiscalizada), por tonelada ou fração	3,00		
(169)	1.7.5.2	muda (classe fiscalizada) por milheiro ou fração	3,00		

Efeitos de 1º/1/2000 a 31/12/2001 - Acrescido pelo art. 8º da Lei nº 13.430, de 28/12/99 -MG de 29.

"

	1.7.5.1	semente (classe fiscalizada), por tonelada ou fração	5,00		
	1.7.5.2	muda (classe fiscalizada), por milheiro ou fração	5,00		

"

(142)	1.7.6	etiquetas, por milheiro	50,00		
(170)	1.8	cadastro ou recadastramento de produto			

(170)	1.8.1	produto agrotóxico, por produto			1.500,00
-------	-------	---------------------------------	--	--	----------

Efeitos de 1º/1/2000 a 31/12/2001 - Acrescido pelo art. 8º da Lei nº 13.430, de 28/12/99 - MG de 29.

"

	1.8	cadastramento de produto			
	1.8.1	produto agrotóxico, por produto	300,00		

"

(142)	1.8.2	insumos agropecuários, por produto(indústria)	150,00		
-------	-------	---	--------	--	--

"

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### Projeto de lei nº 2.436/2002

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Divinésia – APAE de Divinésia, com sede nesse município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Divinésia – APAE de Divinésia, com sede nesse município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 30 de outubro de 2002.

Antônio Júlio

Justificação: A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Divinésia – APAE de Divinésia, com sede nesse município, encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de dois anos, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais no que concerne às atividades assistenciais, beneficentes e filantrópicas.

Por atender aos requisitos legais para que seja declarada sua utilidade pública estadual, conto com o apoio dos ilustres colegas parlamentares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTOS

Nº 3.519/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja consignado, nos anais da Casa, voto de congratulações com a Associação dos Magistrados Mineiros - AMAGIS - pelos 30 anos de sua criação. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 3.520/2002, do Deputado Miguel Martini, solicitando seja consignada, nos anais da Casa, manifestação de repúdio pela Secretaria Municipal de Saúde, em virtude de sua participação na Campanha 28 de Setembro - Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe.

Nº 3.521/2002, do Deputado Miguel Martini, solicitando seja consignada, nos anais da Casa, manifestação de repúdio pelo Conselho Municipal de Saúde, em virtude de sua participação na Campanha 28 de Setembro - Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe. (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos do Deputado Miguel Martini (2).

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Mauri Torres e Wanderley Ávila.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, nas galerias, dos alunos do Curso de Formação Introdutória à Carreira desta Assembléia Legislativa - CFAL -, que estão acompanhados pelo Prof. Antônio Geraldo Pinto.

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados João Paulo, Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta, Edson Rezende e Marcelo Gonçalves proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

##### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Arlen Santiago) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

##### Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos do Deputado Miguel Martini (2), solicitando a inclusão em ordem do dia dos Projetos de Lei nºs 2.089 e 2.184/2002.

##### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

##### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião os Projetos de Lei nºs. 1.407, 1.854 e 1.904/2001; 1.953, 2.159 e 2.171/2002; e 1.170 e 1.254/2000, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

##### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.783/2001, do Governador do Estado, que revoga a Lei nº 13.162, de 20/1/99, que dispõe sobre a nova composição da frota oficial de veículos do Estado e estabelece incentivo fiscal. A Comissão de Administração Pública perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva solicitou prazo regimental para emitir parecer. A Presidência indaga do relator se continuará a fazer uso do prazo regimental para emitir seu parecer, ou se já está em condições de fazê-lo.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, continuarei a fazer uso do prazo regimental para emitir meu parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.886/2001, dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Maria José Haueisen, que institui o Programa Estadual de Apoio Financeiro à Escola Família Agrícola do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Antônio Andrade, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 1.886/2001 por cinco dias. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.886/2001 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

#### 3ª Parte

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 2ª Fase da Ordem do Dia, a Presidência passa à 3ª Parte da reunião, destinada a comunicações e a oradores inscritos.

##### Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, como V. Exa. pode perceber, não existe quórum em Plenário. Portanto, solicito o encerramento, de plano, desta reunião.

##### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvocando a reunião extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 31, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 215ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 28/10/2002

##### Presidência do Deputado Agostinho Patrús

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Luiz Menezes - Palavras do Sr. César Piva - Palavras do Secretário Ângelo Oswaldo de Araújo Santos - Palavras do Secretário Murílio de Avellar Hingel - Entrega de placa - Apresentação musical e declamação de poesia - Encerramento - Ordem do

dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Wanderley Ávila - Agostinho Patrús - Carlos Pimenta - Gil Pereira - Luiz Menezes - Sebastião Navarro Vieira.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Luiz Menezes, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Prof. Murílio de Avellar Hingel, Secretário da Educação, representando o Governador do Estado; César Piva, representante da família do homenageado; Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Secretário da Cultura e Presidente Executivo da Comissão Estadual do Centenário do Poeta Carlos Drummond de Andrade; Carlos Felipe, jornalista e autor do livro "Amar Drummond"; e o Deputado Luiz Menezes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à comemoração do centenário de nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade.

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Sr. Presidente

Sentimento e reflexão constituem a grande marca da obra do autor em que Minas é a ponte tanto para o mundo quanto para a natureza das coisas. Esse mineiro e homem do mundo sempre mostrou uma firme coerência no testemunho de sua escrita.

O jovem jornalista, já em Belo Horizonte, vindo de Itabira, recepcionou, em 1924, a caravana modernista que veio conhecer Minas e trouxe até nós, entre outros, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade.

Transferindo-se para o Rio de Janeiro, integrou o Ministério da Educação e Saúde, como Chefe de Gabinete de Gustavo Capanema, o político mineiro que se cercou dos intelectuais da época e soube, recorrendo aos talentos de cada um deles, promover nossa cultura. Essa aliança entre políticos e intelectuais, que seria revivida por Juscelino Kubitschek, preocupar-se-ia tanto com a construção do futuro quanto com a preservação do passado de nossas artes. Ao mesmo tempo em que a arquitetura moderna de Niemeyer e Lúcio Costa ganhava chancela oficial, o serviço do patrimônio histórico e artístico nacional era criado, com toda ênfase no Barroco de Aleijadinho e Ataíde. Drummond foi atuante defensor da preservação de nossos monumentos e de nossas cidades históricas.

Ouro Preto, ameaçada pela chuva, com seus tesouros em perigo, mereceu estes seus versos: "minhas casas fustigadas, minhas paredes zurzidas, minhas esteiras de forro, meus cachorros de beiral, meus paços de telha vã estão úmidos e humildes".

Se as casas que são sentinelas do tempo tornam eterno o espírito de Minas, esse mesmo espírito impregna a memória do poeta, feita "de cacos, de buracos de hiatos e de vácuos".

Na palavra poética de Carlos Drummond, a lembrança "chega àquele ponto onde é tudo moído no almofariz do ouro uma Europa, um museu, o projetado amar, o concluso silêncio".

Tímido, ele contrariou o silêncio e, já na velhice, ousou falar do amor e do corpo. Sempre lúcido, às vezes amargo, observou as coisas que o rodeavam com ironia ou humor. O itabirano, na verdade, buscou o perene e o universal. Ou, de volta aos versos de "A Máquina do Mundo", eleito por escritores e críticos como o melhor poema brasileiro de todos os tempos, nosso poeta buscou "essa total explicação da vida, esse nexos primeiro e singular". Mesmo que essa contemplação se dê "no sono rancoroso dos minérios", ela "dá volta ao mundo e torna a se engolfar, na estranha ordem geométrica de tudo".

Aquele que compôs o melhor poema brasileiro de todos os tempos pode também ser considerado o melhor dos poetas brasileiros. Esse poeta responde pelo nome de Carlos Drummond de Andrade, que Minas e Itabira viram nascer, há 100 anos, com o testemunho daquele que, embora torto, era um anjo. Esse anjo agora evocamos para dizer: vai, Carlos, sê eterno como lembrança! Muito obrigado!"

#### Palavras do Deputado Luiz Menezes

Itabirano duas vezes: de nascimento e de coração. Deus me deu a graça de nascer em Itabira, e amo minha cidade acima de tudo. Batemos palmas para Carlos Drummond de Andrade, hoje conhecido em Itabira, Minas Gerais, Brasil e em quase todo o mundo. Ficamos contentes em saber que um itabirano é um poeta universal. Nossa cidade é a do minério de ferro. Temos 70% de ferro no calçamento e 90% no sangue. Somos tímidos, tristes, pois vemos a nossa Itabira indo-se. A Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada a preço de banana. É lamentável, mas é a realidade. E ainda: o nosso pico do Cauê, que tinha mil e tantos metros de altura, hoje está abaixo de 45m. Nosso ouro e nosso

minério saem no maior trem do mundo. Jamais poderíamos concordar com a privatização da Vale do Rio Doce.

Pergunto: quanto vale a nossa jazida, vendida a preço de banana, que possui minério para abastecer o mundo por 200 anos? Se dividirmos o minério que está em nosso Quadrilátero Ferrífero, ainda teremos 2t para cada habitante da Terra. Só no ano passado, essa empresa proporcionou R\$2.500.000.000,00 de lucro líquido para os seus compradores.

Nós, itabiranos, jamais concordaremos com isso. Como dói ver o nosso minério ir embora. Dói muito.

Era o que tinha a dizer no momento.

#### Palavras do Sr. César Piva

Boa noite, Srs. Deputado Agostinho Patrús, Murílio Hingel, Ângelo Osvaldo, Deputado Luiz Menezes, jornalista Carlos Felipe e parceiros de Itabira.

Agradeço a oportunidade de estar aqui em nome dos representantes da família de Carlos Drummond de Andrade, em especial dos netos Pedro Augusto, Luiz Maurício e Carlos Manoel.

Primeiramente, contarei um pouco da história dos preparativos para as comemorações do centenário de Carlos Drummond de Andrade, nos últimos quatro anos, os quais são fruto do esforço e incentivo, em especial, de seus netos Luiz Maurício e Pedro Augusto Galia Drummond, com a organização da Paralelo 3 e de diversas instituições e agentes culturais em todo o País.

Esse trabalho, que, desde 1998, reúne uma enorme lista de amigos e profissionais, resultou em um verdadeiro mosaico cultural com reedições e digitalização da obra, edição de revistas e publicações especiais, produção de filmes e documentários, exposições educativas, congressos e conferências, novos estudos e teses, feiras e eventos, espetáculos de teatro, música, dança, produtos culturais, multimídias, monumentos, esculturas e intervenções urbanas.

Um projeto que se configurou nacional e de interesse público ao conquistar, principalmente, os meios de comunicação e o apoio, ainda que isoladamente, de diversos parceiros públicos e privados. Um vigoroso movimento que mobilizou outras tantas iniciativas e homenagens em vários pontos do Brasil e do exterior, fazendo com que um "Drummond presente", mais do que nunca, confirmasse toda a sua importância para a cultura brasileira e a mundial.

Por um lado, fica claro o enorme carinho e admiração do povo brasileiro para com o escritor, o poeta, o tradutor, o humorista, o cartunista, o professor, o jornalista, mas, sobretudo, para com o homem Carlos Drummond de Andrade.

Por outro lado, também fica evidente o quanto é necessário discutir e refletir sobre o papel da cultura no desenvolvimento, na medida em que, principalmente por parte dos dirigentes públicos, seja em âmbito nacional, estadual ou local, a visão limitada do centenário como apenas um evento prevaleceu.

Ressalvadas algumas ações isoladas, perdemos, por exemplo, uma oportunidade privilegiada de fazer uma grande campanha pelo incentivo ao livro e à leitura, em especial, junto às crianças e à juventude.

Mais que preservar a memória e difundir a obra de Drummond, o seu centenário, com todo o conteúdo e tudo o que foi produzido, poderia de maneira ampla estar integrado à educação, à comunicação, ao turismo cultural e educativo e ao desenvolvimento humano, cultural e econômico.

A cidade de Itabira, neste momento, retrocede na perspectiva de se tornar símbolo do centenário, como alternativa inclusive para o seu futuro. Esquece que o ferro vai-se embora, mas o homem não.

Foi lamentável ver, ainda, por parte desses mesmos dirigentes públicos, a incompreensão em relação aos direitos autorais e à utilização da imagem de Drummond, principalmente quando suas iniciativas envolviam recursos privados de empresas patrocinadoras, sobretudo por se tratar de um poeta que se dizia, "de ofício", que tanto lutou pela garantia e preservação de direitos do autor, pelo respeito ao resultado de seu trabalho.

Para nós, quando falamos de cultura, falamos do quanto a cultura deveria ser um dos principais fatores de incentivo do desenvolvimento humano. Neste mundo de números, estatísticas, consumo e riscos globais, a identidade e a auto-estima de um povo só poderá ser resgatada se os seus valores culturais, seu modo de vida, costumes, crenças e diferenças forem preservados e valorizados.

É triste constatar a opção do caminho fácil e curto do evento, que, como um vento, como um sopro passa sem deixar nada no lugar.

Mas sabemos também que, com o exercício da democracia, esses dirigentes também vão passar. O melhor é ver que, mesmo com pedras no caminho, a cultura e a obra de Drummond, mais uma vez, demonstram toda a sua força que lhe é superior.

O melhor é ver nosso próximo Presidente, o Lula, no seu primeiro pronunciamento, após ser eleito, dizer que vai se preparar para governar, lendo Carlos Drummond de Andrade. O melhor é ver tremular em todo o País a bandeira da esperança.

Para terminar, recentemente, Caique Botkay reuniu em livro valiosas descobertas, em forma de texto e imagens, tiradas do baú de várias personalidades, entre elas uma de Drummond, de 19/10/71, que dizia: "Quem sabe se a pedra no caminho não é mais que um pedido de carinho?".

Drummond "do tempo presente, dos homens presentes" merece e está tendo todo o tipo de carinho! Muito obrigado a todos.

#### Palavras do Secretário Ângelo Osvaldo de Araújo Santos

Prezado Deputado Agostinho Patrús, que preside esta sessão solene, em nome do Presidente Antônio Júlio; caro amigo e colega Murílio de Avelar Hingel; prezado Sr. César Piva, que representa os netos de Carlos Drummond de Andrade; filhos de Maria Julieta Drummond de Andrade; caro Deputado itabirano Luiz Menezes, autor do requerimento que nos proporciona esta referência singular do Legislativo mineiro a

Carlos Drummond de Andrade; prezado amigo e colega Carlos Felipe, autor do livro "Amar Drummond (...)", que está sendo lançado esta noite, sob o patrocínio da Secretaria da Educação na série "Edições de Minas"; senhoras e senhores presentes; quero saudar, em especial a pessoa do poeta Adão Ventura Ferreira Reis, de Itabém do Mato Dentro, mais ao norte da Itabira do Mato Dentro, de Carlos Drummond de Andrade.

Nestes quatro anos do Governo Itamar Franco que terminam dentro de mais alguns dias, temos registrado um número extraordinário de centenários, o que mostra a riqueza da geração do final do século XIX e do começo do século XX. Foi, de fato, uma geração esplêndida, que teve uma atuação fundamental no meado do século, no fim da primeira metade, no início da segunda metade do século XX, por sua projeção na vida intelectual brasileira.

Devemos a muitos desses mineiros contribuição marcante e decisiva no processo de construção histórica do século XX. O Governo Itamar Franco deu todo o incentivo às celebrações; não quis apenas eventos, como muito bem adverte César Piva, mas incentivou um processo de resgate, de reconhecimento, de atualização do contato das gerações contemporâneas com essas figuras tutelares do nosso tempo.

Foi assim que celebramos o centenário de Murilo Mendes, um dos maiores poetas brasileiros, contemporâneo de Drummond, porque nasceu em Juiz de Fora, em 1901. Foi assim que celebramos o centenário de Henriqueta Lisboa, talvez a expressão lírica mais sensível da poesia brasileira e um dos maiores poetas da nossa literatura, nascida também em 1901, em Lambari. Buscamos todas essas grandes personagens da aurora do século passado para agora, neste reinício de século, podermos oferecer às novas gerações a possibilidade de um novo diálogo com essas obras tão importantes. O que importa no caso dos centenários não é a efeméride, não é o acontecimento nem simplesmente a conta redonda de um aniversário, mas é a oportunidade de, dado o distanciamento crítico pela data, termos o reencontro profundo com a obra, com o significado da vida em questão. Foi por isso que procuramos nos associar às comemorações de Carlos Drummond de Andrade, por recomendação do Governador Itamar Franco e com meu empenho pessoal. Conheci o poeta e dele ouvia referências a meu avô, José Osvaldo de Araújo, que, como ele próprio disse, na sua cronologia, deu-lhe a primeira palavra amiga da vida literária, publicando um poema seu no velho "Diário de Minas".

Empenhamo-nos acima das brigas locais e paroquiais que sempre ocorrem, infelizmente, nas nossas cidades, das injunções políticas, da circunstância e da localidade. Procuramos contribuir para que, em toda a parte e para além desses problemas políticos que lamentamos, pudéssemos ter efetivamente a comemoração do centenário de Drummond. No caso de Minas, tendo como foco as duas cidades que marcam profundamente, ao lado do Rio de Janeiro, a vida e a obra de Drummond.

Itabira, cidade onde nasceu e a que se ligou por todo o tempo, é uma presença contínua na obra poética de Carlos Drummond de Andrade, apesar de haver saído de lá. Mas será mesmo que saiu? É pergunta que há em um poema seu. Ele rememora, resgata, reconstrói permanentemente a imagem itabirana que está pendurada na sua alma. Ele vai descolando essas fotografias, uma superposta à outra, para buscar permanentemente essas imagens.

Belo Horizonte, cidade onde ele passou o final de sua juventude e maturidade, está marcada na sua vida, no seu grupo literário. Drummond o grande líder da roda da década de 20, na Rua da Bahia, do Café Estrela, da Livraria Francisco Alves, do modernismo mineiro foi uma figura importantíssima.

Há poucos dias entreguei ao Padre Benjamin, pároco da Igreja da Floresta, e a D. Serafim, Cardeal Arcebispo de Belo Horizonte, um projeto de reforma do ádrio da Igreja da Floresta, ádrio esse que foi descaracterizado, mutilado, aviltado, dando origem ao poema "Triste -Horizonte", de Carlos Drummond de Andrade, em agosto de 1976, quando ele diz que nunca mais queria ver Belo Horizonte, usando um verso de García Lorca como epígrafe: "no quiero verla" - aqui, não é a cidade, é "la sangre"; reportando-se ao sangue, na arena da tourada de Ignacio Sánchez Mejía, Drummond via o sangue de Belo Horizonte, na porta da Igreja da Floresta, pela mutilação da Igreja do Pe. Artur, na sombra da qual se casou e viu nascer seus dois filhos, e esperava que essa mutilação de Belo Horizonte não continuasse.

Por iniciativa da Secretaria da Cultura, do IEPHA e da Escola de Arquitetura da UFMG, quisemos oferecer um projeto. Temos cinco projetos para que a paróquia de Carlos Drummond de Andrade escolha qual deva ser implementado, para o resgate e recuperação do que seria mais grato ao poeta na paisagem belo-horizontina. Pensamos no detalhe de que aquilo que teria sido mais grato ao poeta foi exatamente o que mais o magoou.

A respeito do poema "Triste Horizonte", pensamos, por sua atitude com relação a Itabira e ao fim do Cauê, que Drummond escreveu esse poema por causa da serra do Curral, que foi mutilada por um projeto de mineração, que levou o Gen. Castelo Branco a suspender o tombamento - feito por Rodrigo Melo Franco de Andrade, quando Drummond trabalhava no IPHAN - da parte mais alcantilada daquela serra.

Ele menciona a serra do Curral, mas o que mais o agrediu em Belo Horizonte, como está lá em cada verso do poema "Triste Horizonte", foi a degradação dos jardins da Igreja de São José, a reforma da Igreja de São Pedro e a destruição do adro da Igreja de Nossa Senhora das Dores. Drummond tinha uma grande sensibilidade, porque vivia dessa memória. Ele viu as fotografias desses desastres, que lhe foram dadas pelo Pedro Nava, que, entre 1975 e 1976, havia outra vez peregrinado por Belo Horizonte, à cata de subsídios para suas fabulosas memórias.

Ao longo deste tempo, temos procurado estimular as mais diversas ações, como essa publicação da Secretaria da Educação, anunciada pelo Secretário Murílio Hingel, desde a primeira reunião da Comissão Especial do Centenário, criada pelo Governador Itamar Franco. Estimulamos todo tipo de acontecimento no âmbito das nossas universidades públicas e privadas e das escolas públicas e particulares das cidades mineiras ligadas a Carlos Drummond de Andrade.

Convidamos para fazer parte dessa Comissão o ex-Deputado e ex-Presidente desta Casa Legislativa, Antônio Dias, hoje Prefeito da cidade de Francisco Sá, ao lado de Montes Claros, que se chamava Brejo das Almas. Quando o seu nome mudou para Francisco Sá, desolado com a perda desse patrimônio imaterial - o nome de uma cidade -, Carlos Drummond de Andrade apropriou-se dele para dar título ao seu segundo livro. Depois de "Alguma Poesia", o primeiro, em 1930, foi "Brejo das Almas", em 1933, o segundo livro publicado pelo poeta Carlos Drummond de Andrade. Assim, o Prefeito de Brejo das Almas, hoje Francisco Sá, integra a nossa Comissão Especial do Centenário e estimulou na cidade um trabalho em torno de Carlos Drummond de Andrade, homem que carinhosamente foi recolher o nome amputado daquela comunidade norte-mineira para torná-lo eterno no frontispício do seu segundo livro. Conseguimos realizar muita coisa.

Quero cumprimentar a família de Carlos Drummond de Andrade pedindo ao César Piva que leve ao Pedro as nossas congratulações pelo empenho que teve nas comemorações, no âmbito nacional, principalmente no Rio Janeiro, junto à Fundação Casa de Rui Barbosa. Em diversas outras partes, estivemos juntos compartilhando lances desse grande programa comemorativo, como no Rio Grande do Sul, no ano passado, na 47ª Feira do Livro de Porto Alegre, quando foi inaugurada nessa cidade uma estátua de Carlos Drummond de Andrade, ao lado de Mário Quintana, na Praça da Alfândega, onde ficará eternizada uma obra de Chico Stokinger, grande escultor gaúcho; na feira de Ribeirão Preto, em agosto último, e no 3º Salão do Livro de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

Estimulando a leitura e o conhecimento de Drummond, iremos daqui a pouco ao Cine Belas Artes, onde o cineasta Paulo Thiago está lançando um filme sobre a vida e a obra de Carlos Drummond de Andrade.

Essa comemoração não se esgotará no dia 31/10, data do centenário de nascimento de Carlos Drummond; evidentemente, irá se multiplicar em diversas ações. Esperamos contar, sobretudo, com a compreensão da família de Drummond, que é detentora dos direitos autorais, pois algumas vezes houve conflito com relação a isso. Esperamos que haja sempre a participação generosa dos netos de Drummond; esperamos uma visão lúcida e positiva de Itabira, para além das suas querelas locais, político-partidárias; esperamos uma união em torno da obra de Carlos Drummond de Andrade, que é um patrimônio maior da cultura de Minas Gerais e do Brasil. Drummond é um dos maiores poetas da língua portuguesa, uma das línguas mais faladas no mundo e oficializada pela UNESCO. É o poeta de um idioma que deve ser falado no mundo inteiro. Portanto, temos de estimular, por meio do conhecimento de Drummond, a projeção da língua portuguesa. Que Drummond seja, ao mesmo tempo, traduzido para outros idiomas - como já tem sido - a fim de assumir essa universalidade conquistada pela sua poesia. A poesia que nos deixa é um dos trechos mais altos da poesia feita no Brasil, em língua portuguesa. É assim que a vemos e a queremos, como seus conterrâneos, admiradores, como responsáveis por atividades culturais no nosso Estado, este Estado que tanto amou. Ele é um patrimônio, que tanto se dedicou trabalhando no IPHAM, escrevendo em favor das nossas cidades históricas poesias e crônicas, onde muitas vezes denunciou descaso e problemas na sua conservação.

Esperamos que Minas Gerais esteja para além do som, para além das circunstâncias, para além do evento, sempre aderida e solidária a Carlos Drummond de Andrade, nosso fraterno irmão mineiro, nosso símbolo, nossa síntese. Muito obrigado.

#### Palavras do Secretário Murílio de Avellar Hingel

Exmos. Srs. Deputado Agostinho Patrús; Secretário Ângelo Osvaldo; César Piva; jornalista Carlos Felipe; Deputado Luiz Menezes, há alguns anos, tive a oportunidade, que considero uma circunstância muito favorável, de ter em minhas mãos um livro de título instigante: "As Chaves do Século XXI", editado pela UNESCO, com a participação da conhecida Editora Seuil.

O livro foi o resultado de uma série de colóquios promovidos pela UNESCO, em Paris, para os quais foram convidados intelectuais de todo o mundo, entre eles o ex-Ministro da Educação do Brasil, Sr. Eduardo Portela. Nesses colóquios, foram discutidos assuntos das mais variadas naturezas: como seria o século XXI no nível cultural; como seria o século XXI no nível ambiental; como seria o século XXI no que diz respeito à paz.

Um capítulo tratava da educação no século XXI. Três intelectuais escreveram sobre ela. Rememoro aqui um sociólogo que tenho mencionado em muitas oportunidades: Edgard Morin. Diz ele que a educação enfrentará muitos desafios, tais como os ligados aos avanços tecnológicos, à informática, à educação, à distância, aos novos conceitos de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver e a conviver, aprender a ser. Mas, para Edgar Morin, o maior desafio que estará por conta das educadoras e dos educadores é o de formar um cidadão que seja, ao mesmo tempo, planetário e local.

Vejo, nas comemorações do centenário de Carlos Drummond de Andrade, uma resposta, por modesta que seja, a esse duplo desafio, porque estamos justamente cultivando um valor local, regional, nacional e universal, que se projeta nessas duas direções.

O mundo não é hoje menor do que foi, mas - é claro - o avanço dos modernos meios de comunicação faz com que as situações pareçam diferentes. Acima de tudo, nesse mundo de globalização econômica, em que algumas nações querem impor um determinado padrão, uma determinada concepção econômica e social, nada mais importante que a defesa das identidades local, regional e nacional. E Morin diz que não há contradição nesse duplo desafio. Ao contrário, existe uma conjunção que deve ser procurada em seu aprofundamento para o enriquecimento pessoal, local, nacional e universal.

A Secretaria da Educação está consciente desse desafio, de certa forma delineado em "Sagarana" - o nome já diz muito -, nome fantasia da nossa proposta educacional "Educação para a Vida com Dignidade e Esperança".

Parece que já estávamos antevendo a eleição de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Então, dentro desse contexto, a Secretaria da Educação criou a série "Edições de Minas", que trata dos valores de Minas, da cultura de Minas, da tradição de Minas, da política de Minas, do extraordinário modo de ser do mineiro, que consegue ser admirado e respeitado por todos os brasileiros. Isso não acontece com os naturais de outros Estados da Federação.

Assim, ao levar à escola o escritor Carlos Drummond de Andrade, o que a Secretaria da Educação pretendeu - e, para tanto, contou com o valor do jornalista Carlos Felipe e com o apoio incondicional de toda a Secretaria da Educação -, foi que Carlos Drummond de Andrade chegasse a cada escola social e fosse lido, interpretado e saudado, de tal forma que realizássemos aquilo que Edgar Morin vislumbrou. Hoje, ao mesmo tempo em que as nossas escolas têm equipamentos de informática, têm também, em suas bibliotecas, o livro "Amar Drummond". Muito obrigado.

#### Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Presidente entregará ao Sr. César Piva a placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "Palavras não são capazes de captar a simplicidade dos sentimentos e a emoção que a poesia de Drummond desperta em nós. A grandiosidade de sua obra transcende os símbolos, ocupa o registro do indizível. Por isso, tudo o que se pretende elogioso ao Poeta de Itabira resulta insuficiente."

A homenagem da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no "Ano Carlos Drummond de Andrade", pelo centenário do nascimento desse homem que ainda hoje engrandece o Estado."

- Procede-se à entrega da placa.

#### Apresentação Musical e Declamação de Poesia

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a professora e cantora popular Rosa Helena Pimentel, que, acompanhada do violinista Vilmar de Oliveira, declamará o poema "Apelo".

A Sra. Rosa Helena Pimentel - Boa-noite a todos. Antes do poema "Apelo", faremos uma homenagem ao próprio Drummond, a todas as mães, às mulheres, com o poema de Drummond "Canção Amiga", que foi musicado por Milton Nascimento.

- Procede-se à apresentação musical.

A Sra. Rosa Helena Pimentel - Goethe nos disse que todos os dias deveríamos ler um belo poema, contemplar um belo quadro, ouvir uma linda canção e dizer algumas palavras bonitas. Assim, é com palavras desse Drummond multifacetado, que se preocupou com a vida, a morte, o

cotidiano, a política e o trabalho, que queremos falar um pouquinho mais. Neste momento especial da democracia em nossa Nação, em que ocorreu uma eleição tão limpa e bonita - Lula lá -, feliz por ser brasileira, quero fazer uma homenagem a todos os que lutaram, como o fazem nesta Casa, pela democracia e pelo respeito aos trabalhadores e ao povo em geral, recitando um poema de Carlos Drummond de Andrade, chamado "Apelo", em que o autor faz ao então Marechal Ernesto Geisel um apelo pela liberdade da cantora Nara Leão, que cantou para nossa juventude bossa nova e foi musa da nossa MPB.

- Procede-se à declamação de poemas e à apresentação musical.

A Sra. Rosa Helena Pimentel - Há outro poema do Drummond tão lindo, que peço permissão ao público e à Mesa para declamá-lo. Trata-se da "Elegia 1938", em que o grande poeta previu os acontecimentos de 11/9/2001. Como resposta, cantarei uma música de Vinícius de Moraes.

- Procede-se à declamação de poema e à apresentação musical.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e das autoridades e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 29, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

### ATA DA 268ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 30/10/2002

#### Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Votação de Requerimentos: Requerimento do Deputado Rêmoló Aloise; aprovação - Questão de ordem - Suspensão e reabertura da reunião - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.407/2001; aprovação - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.854/2001; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.904/2001; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.953/2002; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.159/2002; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.171/2002; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; votação das Emendas nºs 3 a 6; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 1 e 2 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.170/2000; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.254/2000; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.783/2001; designação de relator; utilização pelo relator do prazo regimental para emissão de seu parecer - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Hely Tarquínio - João Batista de Oliveira - João Leite - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos.

#### Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Rêmoló Aloise, em que solicita seja o Projeto de Lei nº 1.001/2000 distribuído à Comissão de Fiscalização Financeira. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

#### Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, solicito a suspensão dos trabalhos para entendimentos entre os Líderes.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado João Leite, vai suspender a reunião por 20 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

#### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência vai passar à 2ª Fase da 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.407/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Ouro Fino para o fim que menciona. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.854/2001, do Deputado Rogério Correia, que institui o Dia Estadual da Poesia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.854/2001 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.904/2001, do Deputado Sebastião Costa, que altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.205, de 15/4/99, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.904/2001 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.953/2002, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.953/2002 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.159/2002, do Deputado Eduardo Brandão, que dispõe sobre a obrigatoriedade de informação ao consumidor sobre qualquer alteração na quantidade de produtos expostos à venda no comércio e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.159/2002 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Defesa do Consumidor.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.171/2002, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 3, 4, 5 e 6, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 3 a 6. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação da Emenda nº 4, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.171/2002 com as Emendas nºs 3 a 6. À Comissão de Turismo.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.170/2000, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre a inclusão da Bíblia Sagrada editada em braille no acervo das bibliotecas públicas. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.170/2000 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.254/2000, do Deputado João Paulo, que dispõe sobre a proibição do uso de telefones celulares dentro de salas de aula, teatros, cinemas, igrejas e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.254/2000 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.783/2001, do Governador do Estado, que revoga a Lei nº 13.162, de 20/1/99, que dispõe sobre a composição da frota oficial de veículos do Estado e estabelece incentivo fiscal. A Comissão de Administração Pública perdeu prazo para emitir parecer. A Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa relator da matéria o Deputado Dalmo Ribeiro Silva e indaga de S. Exa. se está em condição de emitir parecer ou se fará uso do prazo regimental.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, farei uso do prazo regimental para emitir meu parecer.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Às dez horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e votados seus pareceres. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Olinto Godinho as seguintes matérias: processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-138/2002, a ser celebrado entre esta Assembléia e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulistas, tendo como objeto a doação de bem móvel inservível avaliado em R\$200,00 - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-132/2002, a ser celebrado entre esta Assembléia e a Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis avaliados em R\$200,00 - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-133/2002, a ser celebrado entre esta Assembléia e a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Monte Carmelo I, tendo como objeto a doação de bem móvel inservível avaliado em R\$200,00 - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-122/2002, a ser celebrado entre esta Assembléia e o Município de Itambacuri, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis avaliados em R\$600,00 - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-117/2002, a ser celebrado entre esta Assembléia e o Município de José Raydan, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis avaliados em R\$420,00 - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-135/2002, a ser celebrado entre esta Assembléia e a Associação de Desenvolvimento e Assistência Social Educacional e Desportivo de Pará de Minas, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis avaliados em R\$1.400,00 - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; cabendo ao Deputado Mauri Torres as seguintes matérias: processo oriundo da Concorrência nº 2/2002, destinada à aquisição de diversos suprimentos para informática e tonalizadores para diversas impressoras, conforme solicitação da Gerência-Geral de Sistemas de Informações - parecer favorável à homologação do processo licitatório, autorizando a respectiva despesa e a celebração dos respectivos contratos entre esta Assembléia e as seguintes empresas vencedoras do certame, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações e da Procuradoria-Geral da Casa: CT0-121/2002, com a empresa Holy Comercial Ltda., cujo objeto é a aquisição de disquete 3 1/2" - 2 HD; CT0-123/2002, com a empresa Rilisa Trading S.A., cujo objeto é a aquisição de disquetes para Zip Drive e tinta dejet para impressora HP610C; CT0-125/2002, com a empresa Imprimax Indústria de Auto Adesivos Ltda., cujo objeto é a aquisição de etiquetas, marca Imprimax; CT0-126/2002, com a empresa Port Informática Ltda., cujo objeto é a aquisição de suprimentos (fitas e tintas) para informática; CT0-127/2002, com a empresa Distribuidora de Suprimentos Ética Ltda., cujo objeto é a aquisição de fita DAT; CT0-128/2002, com a empresa César Rais Office Products Ltda., cujo objeto é a aquisição de suprimentos para informática; CT0-129/2002, com a empresa Encapa Atacado e Varejo Ltda., cujo objeto é a aquisição de porta-disquetes e tinta dejet colorida; CT0-130/2002, com a empresa Laser Toner do Brasil Ltda., cujo objeto é a aquisição de tonalizadores para máquina Xerox e para impressoras Xerox e Lexmark; CT0-131/2002, com a empresa JCTEL Comércio & Distribuição Ltda., cujo objeto é a aquisição de tonalizador para impressora Lexmark t612N, aprovados; processo contendo o Termo de Rescisão Amigável de Credenciamento ADT-100/2002, a ser celebrado entre esta Assembléia e Mary Elisabeth Santos Moura Rodrigues, cujo objeto é o credenciamento nas especialidades de pneumologia pediátrica e pediatria - parecer favorável, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-106/2002, para correção de valor de sistema retransmissor de sinais do CT0-55/2002, celebrado entre esta Assembléia e a empresa Linear Equipamentos Eletrônicos S.A., cujo objeto é o fornecimento e a instalação de sistemas de recepção e de sistemas de retransmissão de sinais de radiodifusão em sinal aberto da TV Assembléia - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-118/2002, a ser celebrado entre esta Assembléia e De Rosa, Siqueira, Almeida, Mello, Barros Barreto e Advogados Associados, tendo como objeto a prestação de serviços de realização de diligências de interesse da Procuradoria-Geral da Casa em órgãos públicos federais com sede no Distrito Federal - parecer favorável, com dispensa de licitação nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993, e autorizando a respectiva despesa considerando as manifestações da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-97/2002 para terceira prorrogação do CT0-205/99, celebrado entre esta Assembléia e a Lavanderia Lav Sec Rápido Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de lavanderia destinados à lavagem e à esterilização de roupas pertencentes à Casa - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-104/2002, para alteração da alínea "c" do item "c" do Anexo do CT0-001/98, celebrado entre esta Assembléia e a empresa - Administração de Serviços Internos Ltda. - Adservis -, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação do prédio-sede da contratante, seus anexos e outras dependências - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Serviços Gerais e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo oriundo do Convite nº 26/2002, cujo objeto é a prestação de serviços de comissariaria de bordo - parecer favorável à homologação do procedimento licitatório, autorizando a despesa e a respectiva contratação através do CT0-120/2002, em favor da empresa Minas AeroComissaria Ltda., vencedora do certame, considerando as manifestações da Diretoria-Geral e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo oriundo do Convite nº 4/2002, cujo objeto é a prestação de serviços de desinsetização, desratização e descupinização nas dependências desta Assembléia - parecer favorável à homologação do procedimento licitatório, autorizando a despesa e a respectiva contratação através do CT0-134/2002, em favor da empresa Ambiente Saneamento Urbano e Rural Ltda., vencedora do certame, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços Gerais e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-107/2002, para alteração do objeto do CT0-105/2001, celebrado entre esta Assembléia e a empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, cujo objeto é a contratação de seguro total para veículos, incluída assistência 24 horas - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado. Em seguida, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso IV do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, por invalidez permanente, com proventos integrais, a partir de 5/6/2002, o servidor Sílvio Dias Ribeiro Filho, ocupante do cargo de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; dispensando Kátia Maria Fernandes de Oliveira da Função Gratificada de Nível Superior - FGS -, com exercício na Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação; designando Antônio Alves de Brito para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS -, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática; designando Rosângela Baeta Baumgratz para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS -, com exercício na Gerência-Geral de Publicação; designando Rosineide Maria Mendes para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS -, com exercício na Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação; exonerando Roberto Alcântara Botelho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 4 horas; nomeando Divânia Araújo Freitas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 4 horas; nomeando Sorman Ferraz de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 4 horas; exonerando Adriana Guedes de Sousa Oliveira do cargo de Assistente Administrativo, com exercício na Comissão de Direitos Humanos; nomeando Marcella Araújo Kangussu para o cargo de Assistente Administrativo com exercício na Comissão de Direitos Humanos; exonerando Ronaldo de Azevedo Carvalho do cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete do Deputado Ambrósio Pinto, Vice-Líder do PTB; exonerando Thabata Cristina Mota do cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Liderança da Maioria; nomeando Karla Antunes Ribeiro Caixeta para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Liderança da Maioria; nomeando Maria do Carmo Silveira para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete do Deputado Ambrósio Pinto, Vice-Líder do PTB; exonerando Nathan Brauer do cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete do Deputado Kemil Kumaira, Vice-Líder do PSDB; nomeando Marcelo Augusto Delmondes Kumaira para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete do Deputado Kemil Kumaira, Vice-Líder do PSDB; exonerando José Roberto Marra do cargo de Assistente Administrativo, com exercício na Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; nomeando Pollyana Almeida Silveira para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício na Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; exonerando Anderson José de Abreu Braga do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando André Gustavo Felix do Nascimento do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 4 horas; exonerando Aparecida da Consolação Pereira de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando Carlos Antônio Xavier do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando Ilton Pereira Lima do cargo de Secretário de Gabinete, 8 horas; exonerando Maria Irineia Stangherlin do cargo de Atendente de Gabinete, 4 horas;

exonerando Paulo César Cordeiro do Nascimento do cargo de Auxiliar de Gabinete, 8 horas; exonerando Regina de Fátima Melandes Stangherlin do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, 4 horas; exonerando Rityer Costa Madeira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando Rodrigo Coelho Moreira Ferreira do cargo de Secretário de Gabinete, 8 horas; nomeando Anderson José de Abreu Braga para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 4 horas; nomeando Carlos Roberto Silveira Miguez para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 4 horas; nomeando Eunilson Cláudio Miranda da Silveira para o cargo de Assistente de Gabinete, 8 horas; nomeando Evandro Elvécio Silveira Rezende para o cargo de Assistente de Gabinete, 8 horas; nomeando Ilton Pereira Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 4 horas; nomeando José Márcio Silveira Rezende para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 4 horas; nomeando Júlio César Pires para o cargo de Assistente de Gabinete, 8 horas; nomeando Maria Irineia Stangherlin para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 4 horas; nomeando Regina de Fátima Melandes Stangherlin para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 4 horas; nomeando Renitier Costa Madeira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 4 horas. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 15 de outubro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

#### ATA DA 122ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Márcio Kangussu, Durval Ângelo e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Kangussu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Cel. PM Jaime Pimentel de Souza, Chefe do Estado-Maior da PMMG (2), publicados no "Diário do Legislativo" em 26/9/2002 e 11/10/2002; dos Srs. Nedens Ulisses Freire Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Estado, e Murilo José Pereira, Corregedor-Geral de Justiça do Estado (2), publicados no "Diário do Legislativo" em 10/10/2002 e 17/10/2002; de Iraci de Assis Cunha, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte, publicado no "Diário do Legislativo" em 11/10/2002; dos Srs. Sérgio Francisco de Freitas, Corregedor-Geral de Polícia do Estado, publicado no "Diário do Legislativo" em 11/10/2002; Jair José Varão Pinto Júnior, Juiz de Direito Substituto da 8ª Vara Criminal, publicado no "Diário do Legislativo" em 11/10/2002; da Sra. Maria Helena Rezende de Souza Mello, Delegada de Polícia II da 2ª Seccional Sul - 11ª Delegacia Distrital, solicitando cópia das notas taquigráficas da reunião ordinária da Comissão realizada em 26/9/2002; do Cel. PM Álvaro Antônio Nicolau, Comandante-Geral da PMMG, encaminhando exemplar do livro "Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública"; dos Srs. Lúcio Eduardo de Brito, Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude e Execuções Penais, trazendo ao conhecimento da Comissão a situação da cadeia pública de Uberaba; Morel Queiroz da Costa Ribeiro, Gerente da Divisão de Infra-Estrutura de Energia e Irrigação da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM -, encaminhando cópia de ata da reunião entre esse órgão e a Comissão dos Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Murta, realizada em 15/7/2002; cartas do 2º-Ten. PM Hélcio Godinho dos Santos e do Sr. Geraldo Passos da Silva, ex-Soldado PM, em que apresentam denúncias relativas a suas aposentadorias; de representantes da Associação dos Moradores Atingidos pela Barragem de Cachoeira da Providência - AMABCP -, solicitando apoio da Comissão para defender os atingidos e o meio ambiente em Pedra do Anta; convites formulados pelo Sr. Marcelo Resende de Souza, Diretor-Geral do Instituto de Terras de Minas Gerais - ITER-MG -, para um seminário sobre assentamentos rurais, em 4 e 5/11/2002; pelo Gerente Regional de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, para reuniões da Comissão Local de Assistência Social, em 23/9 e 31/10/2002; pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental, para reunião a ser realizada em 19/10/2002, com o objetivo de estudar proposta de política de saúde mental; pela Sra. Andréa Zhouri, Coordenadora do GESTA, para audiência pública em Coronel Murta, a se realizar em 15/10/2002; jornal da BHZ Sul, edição de setembro de 2002; exemplar de "Partilha", informativo do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, edição de setembro de 2002; denúncias recebidas no gabinete do Deputado Márcio Kangussu, relativas à situação da Penitenciária José Maria Alkmin, em Ribeirão das Neves; e denúncia relativa à Guarda-Mirim masculina de Juiz de Fora, feita pelo Sr. Paulo Jorge Pires Plaisant. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação o Requerimento nº 3.505/2002, é adiada sua apreciação. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.992/2002. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Márcio Kangussu, em que solicita a realização de ciclo de debates sobre direitos humanos e educação para a cidadania; e Durval Ângelo, em que solicita sejam convidados representantes do Ministério Público e da Associação de Moradores do Bairro Santa Tereza para debaterem a situação dos ocupantes de prédios abandonados de propriedade da empresa Incorporação, Comércio e Construção Ltda. - ICC -, nesta Capital. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2002.

Márcio Kangussu, Presidente - João Leite - Durval Ângelo.

#### ATA DA 97ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Às dez horas do dia vinte e três de outubro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Jorge Eduardo de Oliveira e Hely Tarquínio (substituindo este ao Deputado Antônio Carlos Andrada, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Hely Tarquínio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência registra a presença dos Srs. Luiz Humberto Carneiro, Deputado Estadual eleito; Vicente de Paula de Oliveira, Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro da UEMG; Willemon Hertofony da Silva, Presidente do Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra de Minas Gerais; Ronaldo Moreira Araújo, Diretor de Administração e Finanças do Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra de Minas Gerais, Neide Wood Almeida, Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão da UEMG; informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: exemplar do livro "Educação e cuidado na primeira infância - Grandes Desafios", encaminhado pela representação da UNESCO no Brasil. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.810/2001 e 2.327/2002 (Deputado Antônio Carlos Andrada) 2.286/2002 (Deputado José Henrique) e 2.328/2002 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva), em turno único. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Paulo Piau em que solicita a realização de audiência pública intitulada "A Comunidade Negra e o Governo Aécio Neves", em comemoração ao Dia Nacional da Comunidade Negra, para discutirem projetos e programas em prol da comunidade negra, a inserção social da raça negra no mercado de trabalho e melhor oportunidade de vagas na educação e a alocação de recursos para os órgãos oficiais e entidades da sociedade civil que representam o seguimento; e em que solicita a realização de audiência pública para se discutir, com a comunidade acadêmica da UEMG e da UNIMONTES, com representante da equipe de transição do Governo Aécio Neves e representantes de órgãos governamentais e entidades educacionais, a realidade financeira e organizacional dessas Universidades, com ênfase para a transformação das fundações de "campi" agregados em centros universitários; e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Estado da Educação, com vistas a que reconsidere a existência de 2 vagas para o cargo de Inspetor Escolar, na estrutura da 32ª Superintendência Regional de Ensino de Pouso Alegre. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2002.

## MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 405ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 31/10/2002

Foi aprovada a seguinte proposição:

Em 2º turno: Projeto de Lei nº 1.783/2001, do Governador do Estado, na forma do vencido em 1º turno.

Matéria Votada na 269ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 31/10/2002

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.184/2002, do Deputado Miguel Martini; e 2.213/2002, do Governador do Estado.

Em 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.622/2001, do Deputado Dinis Pinheiro, com as Emendas nºs 1 e 2; 1.983/2002, do Deputado Durval Ângelo; e 2.026/2002, do Deputado Ivair Nogueira, na forma do Substitutivo nº 1.

Em 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.634/2001, do Deputado José Milton, na forma do vencido em 1º turno; 1.950/2002, do Deputado Eduardo Brandão, na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1; e 2.169/2002, do Governador do Estado.

## ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 91ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 14h30min do dia 5/11/2002

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.271/2002

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

### Relatório

De autoria da CPI do Preço do Leite, o Projeto de Lei nº 2.271/2002 dispõe sobre o emprego de soro de queijo na fabricação de laticínios e dá outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Vem, agora, a proposição a esta Comissão para ser apreciada em seus aspectos de mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### Fundamentação

O projeto em análise estabelece punições para o caso de emprego irregular de soro de queijo na fabricação de laticínios. Estabelece, ainda, alíquota de 30% para o ICMS incidente nas operações internas com a venda de soro de queijo. Por meio dessas medidas, pretende-se dotar o Estado de um instrumento eficaz para coibir o uso fraudulento de soro de queijo na produção de laticínios e aumentar o consumo industrial de leite produzido no Estado, o que iria beneficiar tanto os consumidores, como os produtores de leite.

O soro de queijo, também denominado soro de leite, é um subproduto obtido no processo de fabricação de queijos. Para cada mil litros de leite, obtêm-se, em média, cerca de 800 litros de soro. Graças a pesquisas e inovações tecnológicas, esse soro, anteriormente destinado à alimentação animal ou descartado em rios, tem sido cada vez mais utilizado na fabricação de derivados do leite, como ricotas, iogurtes, sorvetes, bebidas lácteas e outros produtos alimentares. Para atender a essa demanda crescente, o Brasil tornou-se um grande importador de soro de leite em pó, o que fez com que as importações aumentassem cerca de 4 vezes nos últimos 5 anos.

Contudo, conforme detectado pela CPI do Preço do Leite, algumas indústrias desenvolveram produtos com adição de soro, os quais vêm sendo erroneamente identificados pelos consumidores como leite integral, havendo, até mesmo, suspeitas de que a proporção de soro esteja acima do legalmente permitido. Essa prática, além de induzir o consumidor a erro, tem provocado sérias distorções no mercado do leite.

Ao analisar o projeto, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou o Substitutivo nº 1, que faz com que a alíquota do ICMS recaia sobre o produto lácteo fluido que tenha sido fabricado com adição de soro de leite. Com isso, onera-se não o soro, que, na maioria das vezes, é utilizado corretamente, mas o produto final que concorre diretamente e de forma desleal com o leite integral, provocando uma contínua diminuição da renda dos produtores.

### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.271/2002 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2002.

João Batista de Oliveira, Presidente e relator - Jorge Eduardo de Oliveira - Bilac Pinto.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.392/2002

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria conjunta dos Deputados João Batista de Oliveira e Antônio Andrade, o Projeto de Lei nº 2.392/2002 dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento sustentado da cadeia produtiva do algodão e dá outras providências.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição.

Cumpre-nos, agora, emitir parecer quanto ao mérito do projeto, em conformidade com o art. 188, c/c o art. 102, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A cotonicultura teve, no Estado de Minas Gerais, grande crescimento durante a década de 1980, impulsionado pelas excelentes condições de crédito agrícola da época, aliadas ao potencial produtivo das áreas mineiras, em especial do Norte de Minas.

Sem sustentação técnica e com um mercado desorganizado, a cultura foi vítima de superoferta, problemas sanitários e interrupção das linhas de crédito agrícola favoráveis, o que resultou em perda sistemática de área plantada e produtividade. O vigoroso parque industrial têxtil já implantado no Estado se viu forçado a importar matéria-prima de regiões produtoras de outros países e Estados.

De forma oportunista, Estados do Centro-Oeste e do Nordeste brasileiro adiantaram-se na oferta de incentivos à produção do algodão, desenvolvendo mercados importantes, enquanto, à mingua, encolhia a produção mineira.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ouvindo órgãos públicos, entidades do setor rural, representantes do setor industrial e agências financiadoras, vem promovendo debates em torno da questão da cadeia produtiva do algodão há anos. Todos os atores da cadeia reconhecem a excelente qualidade das condições edafoclimáticas dos campos mineiros para a produção do algodão e discutem um programa estadual de incentivo que coloque em foco não apenas o crédito, mas a tecnologia de produção, o controle de pragas e doenças, o compromisso da indústria mineira na absorção da produção e as condições adequadas de tributação, para que nosso produto seja competitivo no mercado.

Nesse sentido, o projeto em tela ao propor uma política pública que estabelece diretrizes, define competências do Executivo e indica as fontes de recursos, dá o primeiro passo formal com o objetivo de viabilizar um pacto estadual para retomar o desenvolvimento da cadeia produtiva do algodão.

A nosso ver, o projeto é bastante louvável e cria condições para que os setores que integram a cadeia produtiva do algodão possam se articular sob coordenação do Estado e promover uma atividade reconhecidamente geradora de emprego e renda nas regiões onde é desenvolvida.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.392/2002 no 1º turno.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2002.

João Batista de Oliveira, Presidente - Jorge Eduardo de Oliveira, relator - Bilac Pinto.

## COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

### COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 30/10/2002, as seguintes comunicações:

Do Deputado Wanderley Ávila, notificando o falecimento da Sra. Cândida Melo, ocorrido em 27/10/2002, em Pirapora. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Mauri Torres, notificando o falecimento da Sra. Maria Luzia Cota, ocorrido em 28/10/2002, em João Monlevade. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, notificando o falecimento do Sr. José Rodrigues Filho, ocorrido em 11/10/2002, em Conceição das Pedras. (- Ciente. Oficie-se.)

## CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

### CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 31/10/2002, a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 337/2002\*

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2002.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido ao exame e deliberação dessa egrégia Assembléia Legislativa, o projeto de lei incluso, que concede a servidores administrativos da Secretaria de Estado da Saúde Adicional da Gestão SUS e dá outras providências.

A medida tem como objetivo constituir política de recursos humanos, valorizando o servidor de apoio administrativo da Secretaria de Estado da Saúde, área que exige permanente dedicação, concedendo gratificação no mesmo percentual ao concedido às classes de atividade da área fim de que trata a Lei nº 14.176, de 16 de janeiro de 2002.

Sirvo-me da oportunidade, para renovar a Vossa Excelência a manifestação de meu alto apreço e consideração.

Itamar Augusto Cautiero Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE LEI Nº 2.437/2002

Concede a servidores administrativos da Secretaria de Estado da Saúde o Adicional da Gestão SUS e dá outras providências.

Art. 1º - Fica concedido aos servidores administrativos, ocupantes de cargos efetivos e detentores de função pública, lotados no quadro setorial da Secretaria de Estado da Saúde, constante do Anexo desta lei, o Adicional da Gestão SUS, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) da base de cálculo a que se refere o parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único - A base de cálculo do Adicional da Gestão SUS é o valor da remuneração mínima prevista no Anexo I da Lei Delegada nº 41, de 7 de junho de 2000, observada a correspondência entre as exigências de escolaridade e jornada de trabalho para o cargo ocupado ou função exercida pelo servidor e os padrões estabelecidos na lei delegada.

Art. 2º - A parcela correspondente ao adicional instituído por esta lei não comporá a base de cálculo da parcela remuneratória complementar, de que trata a Lei Delegada nº 41, de 7 de junho de 2000, do vale-alimentação ou do vale-transporte.

Parágrafo único - Sobre o adicional de que trata esta lei não incidirá qualquer outro adicional, gratificação ou vantagem devidos ao servidor.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Estado.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO

(a que se refere o art. 1º da Lei nº , de de de 2002)

Classes	Base de Cálculo Nível de Escolaridade/jornada de trabalho (Anexo I da Lei Delegada nº 41, de 7 de junho de 2000)	Base de Cálculo Remuneração mínima (Anexo I da Lei Delegada nº 41, de 7 de junho de 2000) (Valor em Reais)	Adicional da Gestão SUS (Valor em Reais)	
Analista da Administração/cargos de outras carreiras	3º grau 30 horas	750,00	30%	225,00
Técnico Administrativo/Auxiliar Administrativo	2º grau 30 horas	500,00		150,00
Agente de Administração	1º grau	450,00		135,00

Motorista/ Oficial de Serviços Gerais/ Ajudante de Serviços Gerais	elementar	400,00		120,00"
---	-----------	--------	--	---------

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

## MANIFESTAÇÕES

### MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a comunidade do Município de Elói Mendes pelo transcurso do 91º aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 3.477/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade do Município de Mato Verde pelo transcurso do aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 3.482/2002, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade do Município de Francisco Sá pelo transcurso do aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 3.483/2002, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade do Município de Bom Sucesso pelo transcurso do aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 3.484/2002, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade do Município de Manga pelo transcurso do aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 3.485/2002, do Deputado Arlen Santiago).

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 403ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 29/10/2002

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo amigo das galerias, imprensa, funcionários da Casa, telespectadores da TV Assembléia.

Dois importantes temas trazem-me a esta tribuna para conclamar os Deputados presentes à busca de soluções. Quero, inicialmente, referir-me à situação relatada pela Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais - SINDIELETRO. Notícias o Sindicato o acidente ocorrido na Regional da CEMIG em Governador Valadares, com trabalhadores de uma empreiteira, de 28 e 39 anos, respectivamente, que morreram carbonizados ao receberem um choque quando implantaram um poste ao lado da rede energizada.

Segundo dados fornecidos pelo SINDIELETRO, nos últimos quatro anos morreram em acidentes de trabalho 28 profissionais, sendo 12 dos quadros da CEMIG e 16 terceirizados. De acordo com o Sindicato, atualmente morre um trabalhador a cada dois meses, sendo que a média histórica da CEMIG era um trabalhador a cada um ano e meio. Esse número elevado de acidentes vem sendo atribuído à falta de pessoal, à sobrecarga de trabalho, à falta de fiscalização e também de treinamento adequado, especialmente do pessoal terceirizado.

Creio que a CEMIG está atenta a esses dados e que providências já estejam sendo tomadas para mudar esse quadro. Pelo que conhecemos do gerenciamento da CEMIG, a preocupação com os seus trabalhadores deve estar sempre presente no planejamento das atividades da empresa. Nunca é demais, no entanto, lembrar a necessidade de uma atuação firme nesse sentido, de modo a zelar pela integridade física e pela vida dos trabalhadores.

Fica, pois, o meu apelo ao dedicado Presidente, Dr. Djalma Bastos de Moraes, para que autorize, de pronto, uma sindicância destinada a apurar os fatos ora relatados, e, se comprovados, determine a adoção de medidas não só para prevenir outros acidentes, como também para adequar rigorosamente os procedimentos de rotina às normas de segurança do trabalho.

O outro assunto que aqui me traz diz respeito à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Há quatro semanas, a categoria não recebe novos processos e encontra-se trabalhando apenas internamente, em processos já iniciados. Essa foi a maneira que os Defensores Públicos mineiros encontraram para chamar a atenção das autoridades e da comunidade para a grave situação que ameaça o funcionamento daquele setor: são 450 Defensores Públicos no Estado, que atendem por ano 2 milhões de pessoas. Cada um deles recebe, em média, 1.800 processos por mês.

São poucos os Defensores, pois os baixos salários e a falta de condições de trabalho têm ocasionado o afastamento desses profissionais para outras carreiras. Desses, a Associação dos Defensores Públicos avalia que 10% ainda deixarão o cargo até o final do ano. Eram 738 Defensores em 1998, e hoje são apenas 450.

Segundo o Dr. Leopoldo Portela Júnior, Presidente da Associação, é urgente a aprovação, por esta Casa, do Projeto de Lei Complementar nº 50/2002, que define a estrutura da carreira e garante a autonomia há muito esperada. O projeto, já aprovado em 1º turno, é de vital importância para dar novo estímulo à carreira, garantindo a permanência dos que ainda se encontram nos quadros da Defensoria e atraindo outros profissionais assim que forem autorizados novos concursos.

O que nos preocupa são os milhares de pessoas, em torno de 5 mil por dia em todo o Estado, que ficam sem o acesso à justiça.

Além de indispensável ao exercício da cidadania, o acesso à justiça gratuita é o único instrumento da população de baixa renda para fazer valer os seus direitos.

Preocupa-nos ainda a desatenção a esses profissionais, que enfrentam uma jornada diária de sacrifícios, trabalhando em condições adversas, sobrecarregados e insatisfeitos profissionalmente, uma vez que o volume de trabalho não lhes permite dedicar aos processos sob a sua responsabilidade o melhor do seu zelo e de sua competência. Isso sem falar no desestímulo proveniente da baixa remuneração e da falta de perspectivas da carreira.

Precisamos votar o Projeto de Lei Complementar nº 50/2002, em 2º turno. Volto a repetir: precisamos votar o Projeto de Lei Complementar nº 50/2002, renovando assim as esperanças desses valerosos profissionais e pondo fim à sua antiga peregrinação pelo reconhecimento da carreira. Eles, que levam à população carente o amparo judicial, merecem esse gesto de justiça, por seus méritos e por seu trabalho.

Essas duas situações nos inquietam. Por isso, trago-as a este Plenário, na tarde de hoje, para uma reflexão e tomada de posição. Precisamos nos definir. A Assembléia não pode ficar omissa nessa situação.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. A questão da Defensoria Pública já foi amplamente debatida nesta Casa. É necessário colocar um ponto final em questões aqui discutidas e que realmente atrapalham a vida de funcionários do Estado.

Além do meu cumprimento, gostaria de fazer um convite a V. Exa. e aos demais Deputados, pois alguma ação tem de ser feita em relação às estradas de Minas Gerais, particularmente a BR - 135. Transitei por ela nesta semana, vindo de Montes Claros, por isso quero reafirmar que, no ano de 2003, com a chegada do período chuvoso, vamos ter infelizmente acidentes fatais como os do ano passado. Não foi por falta de pedir, de denunciar, de reivindicar. Isso foi feito por mim e por outros Deputados. Estamos convidando os Deputados, principalmente os ligados ao Norte de Minas, para integrarem uma caravana para tentar resolver esse problema. Já contratamos um ônibus e fizemos um convite aos Juizes, aos Promotores, aos Deputados Estaduais e Federais e a todas as categorias preocupadas com a BR-135, para a percorrerem, e documentarem o que está ocorrendo. Vamos fazer uma denúncia prévia ao Ministério Público, responsabilizando os responsáveis, antecipadamente, pelas mortes que vierem a ocorrer, devido à precariedade dessa rodovia.

Sei que o que estou dizendo não tem nada que ver com o pronunciamento de V. Exa., mas a partir de agora, se possível, denunciarei o estado da BR-135 todos os dias, porque dezenas de pessoas perderam sua vida, como professores da UNIMONTES que vinham a Belo Horizonte, devido a essa irresponsabilidade, a essa falta até de caridade das autoridades federais em relação a essa estrada.

No princípio de novembro percorreremos a BR-135, para documentar e mostrar ao povo mineiro o que está acontecendo, a falta de condições dessa importante estrada, que precisa ter um trânsito pelo menos razoável. Muitas pessoas morrerão nessa estrada se providências não forem tomadas.

Mais uma vez faço essa denúncia de público e quero convidar V. Exa. para integrarmos esse movimento, indo até as últimas conseqüências, porque chega de irresponsabilidade e desse trabalho que estão fazendo, que não leva em consideração nem sequer a vida humana. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Parabenizo V. Exa. pela preocupação. Quero também fazer um apelo à direção desta Casa, para que coloque em pauta um projeto de minha autoria para a sinalização dos radares em Minas Gerais. Estamos sofrendo com as estradas e com os radares escondidos. V. Exa. sabe muito bem da importância de sinalizar os radares, que existem para educar, e não para faturar.

Aproveito esse espaço para parabenizá-lo e também para fazer um apelo à direção da Casa, para que possamos votar, ainda neste ano, o projeto de sinalização dos radares.

Quero aproveitar este espaço também para parabenizar o PT desta Casa, em nome do PDT, pela conquista do maior cargo político do País, a Presidência da República, com o Sr. Luís Inácio Lula da Silva, que, também com meu voto, chegou lá. Deposito no companheiro a esperança de todos os meus eleitores, dos últimos 41.017 votos que tivemos na última eleição. Parabéns a Lula e ao PT! Que a estrela brilhe para que este País tenha paz e melhor condição de vida. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço a participação dos dois nobres colegas e digo ao Deputado Carlos Pimenta que mais uma vez caminharemos. Nossa missão é essa e a persistência não pode acabar, temos que continuar. Infelizmente, nossas instituições não resolvem os problemas. Quando era Ministro o Sr. Eliseu Padilha, este Deputado, V. Exa. e outros fomos a Brasília, e ele prometeu recursos, que não vieram. Esse Governo tem boas intenções, fala em fazer, mas não faz, existe falta de transparência.

Estamos revivendo outra questão, que é o CIDE, que não é um novo imposto, mas um percentual pequeno, 0,3%, retirado do imposto sobre petróleo, que já existe e é destinado às estradas. Infelizmente, o Governo já arrecadou mais de R\$7.000.000.000,00 neste ano com o CIDE, e não veio nenhum centavo para as estradas. Não querem saber quem está morrendo. Continuaremos lutando, porque temos que prevenir. Recentemente, fui até Salinas, percorrendo a estrada até Montes Claros e vi seu estado deplorável, mas nada foi feito. Mais uma vez, caminharemos juntos, porque é nosso dever e nossa obrigação.

Entre tantos projetos que precisam ser votados aqui, além deste da Defensoria Pública e do projeto dos radares, os quais são extremamente necessários, mais uma vez estamos vendo, nas galerias, a presença dos professores nesta caminhada exaustiva, que não é de agora, mas de muitos anos, para terem, com dignidade, pelo menos seu plano de carreira estabelecido.

A responsabilidade é desta Casa, é nossa. Vamos buscar o que for necessário para que, o mais breve possível, se estabeleça um plano de carreira para esses grupos de funcionários, que precisam ver os seus sonhos concretizados.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. e Sra. Deputada, público que nos vê pela TV Assembléia, companheiros das galerias e queridos servidores da educação a quem também estimamos muito, gostaríamos de trazer fatos, noticiados pela imprensa, aos quais é necessário dar maior ênfase. Sabemos que, a cada dia que passa, a insegurança do cidadão vem aumentando. Vemos também que as medidas concretas e efetivas não estão sendo tomadas em favor do cidadão que paga os seus impostos, estuda, dá aulas, trabalha, apanha o ônibus superlotado, e que, ao retornar para casa, precisa de dormir em paz. No entanto, a cada dia as coisas vêm piorando.

Para nossa felicidade, quero destacar matéria do jornal "O Tempo", de 19 de outubro, sábado, em que os policiais do SINDIPOL denunciam que a polícia civil tem cerca de 5 mil servidores "ad hoc", ou seja, servidores municipais das Prefeituras à disposição da Polícia Civil. O problema é que estão trabalhando como escrivães, identificadores, vistoriadores e detetives. São pessoas que desempenham essas atividades cumprindo determinação do Prefeito, muitas vezes por requisição da Secretaria da Segurança Pública ou do Delegado Regional da Polícia Civil de determinada região.

Entendemos, contudo, que essa situação tem que ter um fim. Então, é necessário que o Governador eleito, Aécio Neves, esteja atento a essas sérias distorções, para que não continuem a ocorrer fatos como o que houve na Delegacia Distrital de Nova Contagem, de onde dois presos condenados fugiram. Na madrugada, no momento da fuga, só havia um servidor "ad hoc" trabalhando, desarmado. Não era policial, mas estava tomando conta de presos.

Às vezes, uma pessoa, assistindo à televisão, tem a notícia de fuga de presos. Enquanto é assim, fica tranqüila, mas quando esse cidadão tem a sua casa invadida, seu filho, seu pai, sua mãe ou sua esposa são cercados no meio da rua, vítimas desse marginal que estava preso e condenado, tendo sido processado pelo Estado, que gastou muito dinheiro público até chegar à sua condenação, esse cidadão perceberá a gravidade dessas fugas, que continuam acontecendo. Insistimos nesse tema porque cada vez mais o cidadão mineiro está inseguro. Fazemos um apelo ao Deputado Aécio Neves, cujo Governo apoiamos e em quem depositamos grandes esperanças, para que dê boa contribuição como Governador do Estado.

Outra matéria, também do dia 19 de outubro, do "Estado de Minas" destaca: "Ladrões agem impunemente". O lavador de carros Edicarlo Ferreira, 19 anos, é um criminoso que, em menos de 24 horas, roubou dois aparelhos de celular, mas, apesar de preso pelos militares da 4ª Companhia do 1º Batalhão, voltou às ruas ainda ontem. Levado à tarde para a Delegacia Seccional Centro, onde 18 detentos dividem um espaço de 12m<sup>2</sup>, Edicarlo foi ouvido e colocado em liberdade por falta de vagas.

A Delegada Selma Peres, que recebeu a ocorrência de ontem, contou que atende a 40 casos do gênero, em média, por dia. Na maioria, os criminosos não são autuados em flagrante, pois falta lugar para colocá-los. Ao ser alertada de que Edicarlo estava sendo preso pela segunda vez em menos de 24 horas, a policial fez checagem nos arquivos e não encontrou outro registro. "Muitas vezes, por não ter documentos, dão nomes diferentes. Esse rapaz não é conhecido dos nossos policiais. Antes de liberá-lo, vamos fazer uma checagem minuciosa".

Edicarlo Ferreira foi preso no final da tarde da quinta-feira, após roubar o telefone celular da estudante Marcela Freire de Holanda, de 19 anos, na Av. Álvares Cabral, no Centro da Capital. Foi detido pelo Cap. Vinícius Santos, Subcomandante da 4ª Cia., que o levou para a Divisão de Crimes Contra o Patrimônio (Furtos e Roubos). Ontem, para surpresa do oficial, por volta das 14h30min, Edicarlo entrava algemado na sede da 4ª Cia., após roubar o celular do Auditor Fiscal aposentado Abraão José Kechfi, de 78 anos, em frente ao prédio da Prefeitura de Belo Horizonte.

Esse indivíduo praticou dois roubos em menos de 24 horas. Não quero depositar a culpa em ninguém, mas temos apontado desde o início do nosso mandato a falta de integração entre a Polícia Civil e a Militar. A PM fez uma ocorrência. Se essa ocorrência fosse informatizada, se uma polícia tivesse acesso aos dados da outra, certamente esse cidadão não seria liberado. A Delegada, devido à reincidência, por dever, teria que ratificar e autuá-lo em flagrante. Fico imaginando o que estão pensando as duas vítimas, Marcela Freire de Holanda e Abraão José Kechfi, ao tomarem conhecimento de que a PM prendeu o marginal por duas vezes, em flagrante delito, pelo mesmo tipo de crime, em 24 horas, e o cidadão retornou às ruas livremente. Essa denúncia é seríssima. O cidadão mineiro tem que começar a reagir e a se mobilizar. É por isso que estamos aqui mais uma vez insistindo nessa matéria. Esta Casa precisa, mais do que nunca, ter sua comissão permanente.

Outra matéria do jornal "O Tempo", de hoje: (- Lê:)

"O Cabo Luis Carlos Freitas, lotado no Destacamento de São Gonçalo do Rio Abaixo, área do 26º Batalhão, na região de Itabira, na tarde de ontem, quando de serviço nas imediações do BEMGE, foi rendido por dois indivíduos armados de revólver e pistola. Simultaneamente outros dois indivíduos da mesma gangue trocavam tiros no interior da agência com o vigilante Décio Francisco Teodoro, que foi alvejado no abdômen. Neste momento, o PM foi conduzido até o interior do Banco, sendo algemado e espancado, vindo a fraturar sua perna direita. O vigilante, mesmo ferido, sofreu várias coronhadas na cabeça, juntamente com a bancária Márcia Martins Figueiredo.

Os assaltantes levaram todo o dinheiro dos caixas, fugiram pela BR-381 em um carro roubado e até o momento não foram presos. As vítimas foram levadas para o hospital da região e estão fora de perigo".

Mais uma vez percebemos que o Governo precisa reagir e tomar decisões enérgicas quanto ao que está acontecendo.

Temos um grave problema carcerário no Estado, e o Governo precisa tomar atitudes emergenciais. Vemos a polícia ser ludibriada por bandidos. Como no caso do bandido pé-de-chinelo, que roubou dois celulares em menos de 24 horas, e, mesmo tendo sido preso por duas vezes, se encontra na rua, onde certamente fará novas vítimas, devido à impunidade. Portanto, não podemos deixar que fatos como esse continuem ocorrendo com essa naturalidade e impunidade. Apelamos ao Governador Itamar Franco para que, antes de deixar o Governo, tome uma medida enérgica, concreta, para evitar esse tipo de ocorrência.

Aprovamos, nesta Casa, em 2001, a Lei nº 13.968, que determina o acesso comum, das duas polícias, aos arquivos criminais. O Governador, em 16/7/2002, baixou o Decreto nº 42.747, regulamentando essa lei. Mas, até hoje, as Polícias Civil e Militar não conseguiram, na prática, colocá-lo em funcionamento. Sr. Governador, fica aqui o apelo de um Deputado que vem militando nessa área há quatro anos, apresentando projetos nesta Assembléia. V. Exa. é testemunha disso, tanto é que sancionou a Lei nº 13.968, sem vetar uma só vírgula. O povo já não agüenta mais tantos crimes que permanecem impunes. Fugas de delegacias, rebeliões em penitenciárias, falta de vagas, e a polícia sequer consegue acessar um dado da outra. As Polícias Militar e Civil não trocam informações, não fazem planejamento conjunto, e o prejuízo maior é do cidadão que paga imposto, que contribui com seu suor e trabalho para o engrandecimento do Estado, que precisa ter uma postura firme.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Concordo com V. Exa. no que tange à segurança pública. Gostaria de saber sua opinião sobre a privatização das penitenciárias brasileiras.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço o aparte do companheiro, dizendo-lhe que concordamos com a discussão dessa matéria porque um preso custa, hoje, para o Estado, cerca de R\$1.000,00 a R\$1.200,00. Nosso Presidente eleito disse que, se gastamos hoje R\$1.000,00 ou R\$1.200,00 para manter um preso na cadeia, imagine se estivéssemos dando, pelo menos, R\$300,00 ou R\$400,00 a uma família, a fim de que se evitasse que muitos cidadãos fossem para a marginalidade. Isso seria muito melhor, e o Estado estaria atuando de forma preventiva.

Deputado Alencar da Silveira Júnior, esta é uma matéria que deve ser discutida na Comissão de Segurança Pública e Defesa Social desta Casa, que, até o presente momento, não foi instalada pelo Presidente Antônio Júlio.

Renovo minhas esperanças no Deputado Aécio Neves, que tem anunciado um choque de gestão pública, que, certamente, passa pela reforma da Lei Orgânica da Polícia Civil, pela reforma do Estatuto da Polícia Militar, pelo plano de carreira dos servidores da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, no caso, os Agentes Penitenciários em especial, pela otimização dos recursos. Temos de fazer a reforma estrutural do aparelho policial de nosso Estado pois: se uma polícia não se senta à mesa com a outra, o prejuízo é do cidadão.

Queremos fazer um apelo ao Sr. Presidente, Deputado Antônio Júlio, para que S. Exa. instale uma comissão permanente de segurança pública e defesa social para que tenhamos um fórum permanente de discussão e possamos trazer a sociedade organizada, as ONGs, os CONCEPs, os

chefes de polícia, para tratarmos de matéria tão relevante como essa.

Fico feliz que o povo brasileiro tenha escolhido o melhor caminho para o País na data de 27 de outubro ao eleger Luís Inácio da Silva como nosso Presidente. Uma luz no fim do túnel surgiu, renovando as esperanças de todos. Sei que será um governo muito promissor, principalmente na área social, porque Lula tem muita experiência nessa área, pois é brasileiro de verdade e tem um sentimento nacionalista. Tenho a certeza de que o Brasil vai mudar a partir de 1º/1/2003. Precisamos apenas de um pouco de paciência para que Lula possa concretizar as ações previstas em sua campanha e em seu plano de governo.

Queremos, além de reafirmar o nosso compromisso com o Presidente eleito, dizer que estamos aqui para votar o Projeto de Lei Complementar nº 53, sobre o plano de carreira dos servidores da educação. Reafirmamos o nosso compromisso com a categoria e estaremos presentes todos os dias nessa nova batalha, porque vocês precisam deixar esses oito anos de angústia e sofrimento que não têm fim. Podem contar comigo no Plenário e nas comissões. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, no dia 25 de setembro foi publicado no "Minas Gerais" o seguinte: "Campanha 28 de setembro. Dia de luta pela descriminalização do aborto na América Latina e no Caribe". A Regional Minas, a Rede Feminista de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte realizaram, no dia 25 de setembro, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde, com o apoio desta, debate para comemorar a campanha de 28 de setembro, dia de luta pela descriminalização do aborto na América Latina e no Caribe.

A Plataforma Política Feminista - dos abortistas de plantão - aprovada na Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras em junho deste ano, em Brasília, define como desafios a serem enfrentados na área da liberdade sexual e reprodutiva o seguinte: reconhecer a descriminalização e a legalização do aborto como um direito de cidadania e uma questão de saúde pública; garantir de imediato o atendimento, na rede pública de saúde, às mulheres que decidirem interromper a gestação, nos casos de aborto previstos pelo Código Penal e nos casos de malformação fetal incompatível com a vida.

A coordenação da Campanha 28 de Setembro, no Brasil, está a cargo da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. O tema da campanha, este ano, é lutar por um Estado laico e pelo direito de decidir, na América Latina e no Caribe, onde existem as maiores restrições legais ao direito das mulheres de decidir sobre a interrupção da gravidez.

Em todos os países em que vigoram essas restrições, o abortamento, em geral, é ilegal e realizado em condições precárias, representando um grave problema à saúde das mulheres, que, por sua magnitude, se converte em um problema de saúde pública. No artigo, temos ainda várias baboseiras.

É lamentável que um Governo Municipal, que deveria estar preocupado com a vida e com a saúde da população, com a segurança da sociedade, com o descaso no atendimento nos postos de saúde da rede municipal - tantas vezes denunciado, devido à morte dos bebês nos hospitais pela falta ou pela deficiência de atendimento -, se ofereça para se tornar sede dessa conferência, a fim de comemorar o assassinato, a morte. Querem comemorar, no País, com o apoio desse Governo Municipal, de sua Secretaria da Saúde e de seu Conselho de Saúde, o dia do assassinato.

Entretanto, não é um assassinato qualquer, mas um assassinato covarde, sem possibilidades de defesa. É uma pena de morte sem direito a julgamento. Nas penas de morte, o réu não deve sofrer. Com a injeção letal, imediatamente ele morre, ou seja, as técnicas de pena de morte estão caminhando para que o condenado sofra o mínimo; no aborto, porém, há casos em que a morte é causada por meio do envenenamento, sofrendo o feto queimaduras, pouco a pouco, até a morte definitiva. Outra técnica é a da sucção: quando o feto está maior, é retalhado no útero da mãe, para depois ser retirado.

Eles desejam comemorar o direito ao assassinato do indefeso. E ainda afirmam que se trata de um direito do cidadão. O que podemos dizer a respeito do direito de cidadania daquele que está no ventre da mãe? Não seria muito mais lógico deixá-lo nascer, para ter o direito de se defender, e depois tentar matá-lo? A Secretaria Municipal de Saúde deveria estar preocupada com a saúde, e não estar gastando recursos para dar suporte ao assassinato. Ela defende o assassinato do feto que estiver com malformação no ventre da mãe, porque acredita que o deficiente não deva viver. Para que ter um filho com deficiência física? Essa defesa é tão absurda e tão irresponsável que a sociedade deve manifestar-se.

Estamos apresentando dois requerimentos a esta Casa. Ao invés de nos preocuparmos com a vida, estamos nos preocupando com a morte. Temos de saber quem está por trás de tudo isso. Há organizações internacionais envolvidas, porque, lá, a juventude já não está nas ruas. Em breve serão países ricos de idosos, porque a laqueadura e o aborto são livremente praticados. Eles têm medo de as riquezas que conseguiram ficarem para nós, países do Terceiro Mundo, porque estamos avançando muito no que diz respeito ao crescimento populacional. Quem está por trás dessa rede? Quem está interessado no não-nascimento das crianças?

E afirmam que é preciso controlar o nascimento para que todos tenham uma vida melhor. Não deveria ser o contrário, ou seja, não deveriam aprimorar as práticas administrativas, combater a corrupção e melhor aparelhar o Estado, com políticas públicas que pudessem acolher aqueles que mais precisam? É muito mais simples matar o feto. Por isso, desejam um Estado em que os cristãos e a Igreja não possam se manifestar, tendo de ficar calados diante dessa questão. Nós, cristãos, estaremos permanentemente manifestando-nos contrariamente a esse procedimento. Faremos oposição a todo projeto que chegar a esta Casa nesse sentido. Já derrotamos três e faremos o mesmo com todos os que chegarem, porque acreditamos que devemos defender a vida. O Estado existe para defender a vida, e não a morte. O art. 5º da Constituição Federal garante o direito à vida desde a concepção. Essa cláusula é pétrea, e temos de defendê-la. Tal direito não pode ser alienado. Eles estão se mobilizando com apelos emocionais.

É claro que fazem apelos emocionais, como este, que é fajuto, que é mentiroso: dizem que, onde não há aprovação do aborto, muitas mães morrem. E apresentam estatísticas absurdas, falsas, porque, em países como os Estados Unidos, a partir da legalização do aborto, aumentou violentamente o número de crianças assassinadas. E uma das estratégias que os abortistas de plantão utilizam é dizer que muitas mães, por usarem técnicas rudimentares, morrem ao praticar o aborto. Mas esses números são quase insignificantes. E que vida vale mais? A que está no ventre ou a que a gerou? Como quantificar?

Você que está me assistindo em casa, pergunte a uma mãe grávida, com três, quatro, cinco meses, qual a vida que vale mais? A que está no ventre ou a que está de fora? Como dar valor? Qual o grau de importância? Qual vida é mais importante: a do rico ou a do pobre? Será que a vida do mendigo vale menos que a do Presidente? Vamos quantificar de que maneira?

O requerimento que apresento é o seguinte: "O Deputado que este subscreve requer, nos termos regimentais, seja encaminhada manifestação de repúdio ao Conselho Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte por ter apoiado o Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe". Deveriam estar preocupados é com a saúde, com a vida, não com o assassinato de inocentes. O mesmo requerimento estamos encaminhando à Secretaria Municipal de Saúde.

Reafirmamos aqui: o poder público precisa se aprimorar e se aparelhar, para lutar em defesa da vida, não do assassinato. A vida é dom de

Deus. Só Deus pode dá-la, só Deus pode tirá-la.

O Deputado Amílcar Martins\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, passado o 2º turno das eleições, começam a aparecer as primeiras análises. Muito ainda será dito sobre o processo eleitoral no Brasil no ano de 2002. Análises mais profundas serão feitas, livros serão publicados. Menos de 48 horas depois das eleições, pouco mais de 24 horas depois do resultado, apresso-me não em fazer análise, mas em reafirmar algumas posições, para que fiquem registradas nos anais desta Casa e para que sejam mais uma manifestação, de público, da coerência que deve presidir a atividade política de todos nós.

Devo começar dizendo que faço isso com absoluta serenidade e reafirmo a minha crença inabalável na democracia.

Antes de manifestar posições pessoais, deixo claro que o Brasil viveu o processo mais democrático e mais transparente. A eleição dos que foram consagrados nas urnas foi absolutamente legítima e inquestionável.

Neste dia, 29 de outubro, reafirmo o que já é conhecido, deixando registrada a minha posição. Votei para Presidente da República no Senador José Serra. Fiz isso não apenas por compromisso partidário, como fundador que sou do PSDB, mas também por absoluta convicção pessoal. Fiz isso em reconhecimento e em homenagem a 40 anos de vida pública de um brasileiro que tem prestado os mais relevantes serviços ao seu Estado natal, São Paulo, e ao Brasil. José Serra, primeiro, como Presidente da UNE, defendendo a manutenção da democracia no Brasil e, em seguida, a retomada do processo democrático. Foi perseguido e exilado. Durante 14 anos foi impedido de participar da vida política brasileira. E mais do que isso: foi impedido de viver no seu País.

Depois do seu retorno ao Brasil, foi Secretário do Governo Franco Montoro, em São Paulo, um dos Governos mais honrados da vida brasileira. Foi Secretário da Fazenda e do Planejamento, cargo que equivale a um Ministério de grande porte, pelo tamanho dos problemas e dos desafios que enfrentou no exercício da função. Em seguida, o Senador José Serra exerceu várias funções. Foi Deputado Federal, Senador, Ministro do Planejamento no Governo Fernando Henrique Cardoso e, finalmente, o maior Ministro da Saúde que este País já teve, enfrentando todas as dificuldades, como o interesse de laboratórios multinacionais, a quebra das patentes de medicamentos, enfim, enfrentando interesses contrários na defesa dos interesses da população brasileira. Fez o mais importante e abrangente programa de combate à AIDS, que é referência mundial. Criou os medicamentos genéricos, ampliou de maneira fantástica o Programa de Saúde da Família, além de tantas outras ações que o consagraram como Ministro da Saúde, enchendo de orgulho os brasileiros, particularmente a nós, seus companheiros de partido.

Por tudo isso, foi com absoluta convicção pessoal que reafirmei o que já havia feito no 1º turno e ao longo da campanha, ou seja, o meu trabalho por essa candidatura, que acreditava ser a melhor, pelo preparo intelectual do nosso candidato, pela sua formação acadêmica, pela sua experiência administrativa, enfim, por toda a sua contribuição. No 2º turno não poderia ter sido diferente. Fui com convicção cívica, do dever cumprido, reafirmar o meu voto, o meu compromisso, fazendo aquilo que acreditava, e acredito, teria sido melhor para o Brasil. Fiz isso e tenho o orgulho de dizer que estava ao lado de um grupo notável de brasileiros, porque algumas das mais importantes lideranças políticas do Brasil compartilharam a minha decisão.

Fomos muitos, Deputados, Senadores, Governadores no exercício do mandato e sete Governadores eleitos para o próximo mandato, de Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Paraná, Goiás, Paraíba e Rondônia. Enfim, o maior número de Governadores eleitos por um partido. Estavam compartilhando a nossa posição. Um grande número de lideranças políticas fundamentais, antigos e novos Senadores, como Eduardo Azeredo, estavam compartilhando a mesma posição. Orgulho-me disso. E ainda compartilharam esta minha posição muitos brasileiros. De cada cinco brasileiros, três votaram em Luís Inácio Lula da Silva, dois em José Serra. Não foram poucos. Trinta e três milhões de brasileiros tiveram a mesma posição. Isso é motivo de orgulho para mim. Votei ao lado de 33 milhões de brasileiros, que também quiseram que José Serra fosse o nosso Presidente. Entretanto, a maioria do povo brasileiro, na sua sabedoria, na sua soberania decidiu, de maneira legítima, correta e inquestionável, que o País deveria ser presidido por outro candidato. Essa vontade soberana deverá ser respeitada por todos os que acreditam na democracia. Manifesto aqui, sem dificuldade nem constrangimento, meus votos de sucesso ao novo Presidente do Brasil. Que possa cumprir, com correção, com brilhantismo, com inspiração e dedicação, a tarefa que o povo brasileiro lhe determinou neste momento. Que ele não frustre a expectativa de milhões de brasileiros, que, com seu voto, estarão promovendo transformações, mudança e a melhoria da qualidade de vida! Todos os cidadãos e todos os que têm qualquer parcela de responsabilidade na vida deste País torcem por que Lula não decepcione os mais de 50 milhões de eleitores que o escolheram Presidente da República. Esta é a minha vontade, o meu desejo, reafirmando que não foi a minha posição, mas é dever de todos o nos curvamos diante da manifestação soberana da maioria. Queira Deus que estejamos certos! Que Deus ilumine Lula e seus companheiros e que proteja todos os brasileiros! Que nos próximos anos, sua eleição seja motivo de comemoração, de reafirmação do acerto dessa decisão, não motivo de decepção e descrença! Essa é a minha vontade. Que fique registrado hoje, 29 de outubro, minha manifestação inabalável de respeito à democracia e a reafirmação que tive ao longo de todo esse processo. O Senador José Serra, com seu preparo, inteligência, experiência, com seus 40 anos de vida pública inatacável, com sua seriedade pessoal na condução da vida pública, teria sido a melhor escolha para o povo brasileiro. Que Deus proteja a todos nós!

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 23/10/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Maria José Alves do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Maria Avelar Vivas de Moraes para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

Gabinete do Deputado Bilac Pinto

exonerando Isabela Costa Siqueira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas;

nomeando Letícia Pereira dos Santos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas.

Gabinete do Deputado João Paulo

exonerando, a partir de 4/11/2002, Nelson Cândido da Rocha do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando, a partir de 4/11/2002, Vilmar Braga dos Santos do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Nelson Cândido da Rocha para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

nomeando Vilmar Braga dos Santos para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado João Pinto Ribeiro

exonerando Elmar da Silva Lacerda do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 4 horas;

exonerando Gláucio Sebastião Gonçalves de Oliveira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 4 horas;

exonerando Wagner Antunes do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 4 horas;

nomeando Ana Inês Alves de Souza para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 4 horas;

nomeando Helisandréia Dejorge Augusto Souto para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 4 horas;

nomeando José Eduardo Oliveira e Silva para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando João Paulino Alves do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado João Pinto Ribeiro, Vice-Líder do Governo;

nomeando Maria Ângela Capanema Gonçalves para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado João Pinto Ribeiro, Vice-Líder do Governo.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90 e 5.090, de 17/12/90, observado o art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 20, de 15/12/98, tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 1º/10/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, a servidora Arlete das Mercês Ramirez Righi, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, observadas as disposições contidas na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, e no artigo 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.090, de 17/12/90, bem como na Lei nº 9.532, de 30/12/87, aplicada nesta Assembléia Legislativa por força do art. 21 da Lei nº 9.592, de 14/6/88, à vista do disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, no § 2º do art. 3º da Emenda à Constituição Federal nº 20, de 15/12/98, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 5/9/2002, Lauro César de Lima, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete, II, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, data de publicação da Emenda à Constituição Federal nº 20, de 15/12/98, com proventos taxados no cargo em comissão de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2002

TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2002

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais comunica aos interessados que fica suspensa a reunião de abertura dos envelopes referentes à Tomada de Preços nº 8/2002, do tipo menor preço global, destinada à contratação de seguro de acidentes pessoais coletivo para servidores da Assembléia Legislativa, por intermédio de seguradora, pelo período de 12 meses, sem interveniência de corretoras.

Nova data será posteriormente divulgada.

Em 31/10/2002.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2002

TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2002

## ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais comunica aos interessados que a data de abertura dos envelopes referentes à Tomada de Preços nº 13/2002, do tipo menor preço por item, destinada à contratação de empresa para locação de veículos, fica adiada para o dia 8/11/2002, às 14h30min, na sala de reuniões da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, na R. Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho.

Em 31/10/2002.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2001

CONCORRÊNCIA Nº 2/2001

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo, para a realização de reportagem, locução, produção, edição, direção e disseminação de produtos de comunicação.

Em 29/10/2002, o Sr. Diretor-Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, tendo em vista os fundamentos apresentados pela Procuradoria-Geral no Parecer nº 4.368/2002, julgou improcedente o recurso apresentado pela empresa Virtual Cinema e Vídeo Ltda. contra sua inabilitação, referente à concorrência em epígrafe, mantendo a decisão recorrida.

Assim sendo, a reunião de abertura dos envelopes contendo as propostas de preços será realizada no dia 5/11/2002, às 14h30min, na Sala de Reuniões da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho.

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2002.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão de Licitação.

### ERRATAS

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.279/2000

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 21/11/2001, na pág. 24, col. 1, no art. 30, onde se lê:

"classificados nas posições ou códigos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NMB-SH - 3412.30.00, 3413.31.00, 3419.19.10, 3501.31.20, 3501.32.20, 3501.33.20, 3501.34.20, 3502.31.00, 3541.40.16 e 3541.40.32", leia-se:

"classificados nas posições ou códigos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM-SH - 8412.80.00, 8413.81.00, 8419.19.10, 8501.31.20, 8501.32.20, 8501.33.20, 8501.34.20, 8502.31.00, 8541.40.16 e 8541.40.32".

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.279/2000

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 21/11/2001, na pág. 25, col. 3, no art. 30, onde se lê:

"classificados nas posições ou códigos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NMB-SH - 3412.30.00, 3413.31.00, 3419.19.10, 3501.31.20, 3501.32.20, 3501.33.20, 3501.34.20, 3502.31.00, 3541.40.16 e 3541.40.32", leia-se:

"classificados nas posições ou códigos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM-SH - 8412.80.00, 8413.81.00, 8419.19.10, 8501.31.20, 8501.32.20, 8501.33.20, 8501.34.20, 8502.31.00, 8541.40.16 e 8541.40.32".

LEI Nº 14.062, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001

Na publicação da promulgação da lei em epígrafe, verificada na edição de 29/12/2001, na pág. 34, col. 1, no art. 30, onde se lê:

"classificados nas posições ou códigos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NMB-SH - 3412.30.00, 3413.31.00, 3419.19.10, 3501.31.20, 3501.32.20, 3501.33.20, 3501.34.20, 3502.31.00, 3541.40.16 e 3541.40.32", leia-se:

"classificados nas posições ou códigos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM-SH - 8412.80.00, 8413.81.00, 8419.19.10, 8501.31.20, 8501.32.20, 8501.33.20, 8501.34.20, 8502.31.00, 8541.40.16 e 8541.40.32".